Rota do Pará S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Demonstrações Financeiras Intermediárias dos
Períodos de Três e Seis Meses
Findos em 30 de Junho de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Comentário do Desempenho

1. PERFIL DA COMPANHIA

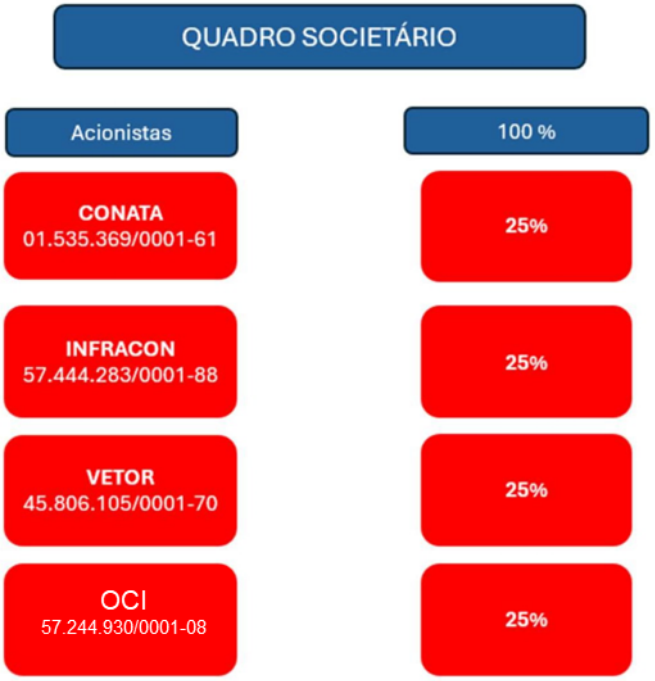
1.1. Apresentação

A concessionária Rota do Pará foi estabelecida em agosto de 2023 com o objetivo de operar trechos do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará. A concessão abrange as rodovias PA-150, PA-475, PA-252, PA-151, PA-483 e a Alça Viária, totalizando uma extensão de 526,4 km, e percorrendo 12 municípios ao longo do trajeto.

A Concessão, conforme o Edital de Concessão nº 001/2023, é responsável pela prestação dos serviços públicos relacionados à recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implementação de melhorias, ampliação da capacidade, gestão de segurança rodoviária, exploração da infraestrutura e garantia do nível de serviço nos trechos de rodovias do Estado do Pará. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, iniciando-se a partir da assinatura do Termo de Transferência dos Trechos do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, realizada em 1º de agosto de 2024.

Desde agosto de 2023, a empresa encontra-se em fase pré-operacional, recebendo os aportes necessários e trabalhando para cumprir os pré-requisitos estabelecidos no Contrato de Concessão.

A concessionária Rota do Pará S.A., até a data de referência 30 de junho de 2025, possui como acionistas as empresas listadas no quadro a seguir:



© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

2. INFORMAÇÃO DA COMPANHIA

2.1. Gestão de Pessoas

A Rota do Pará concluiu o segundo trimestre de 2025 com um efetivo de 220 colaboradores diretos. Ao longo do contrato de concessão, estima-se a criação de 527 empregos diretos e 790 empregos indiretos.

2.2. Atendimento ao usuário

A Rota do Pará faz a prestação de serviço em atendimento ao usuário com a disponibilização de 2 pontos de apoio, localizados em Moju e Goianésia, 2 ambulâncias com equipes compostas por 3 profissionais cada (operando 24 horas por dia), 1 ambulância reserva, 2 guinchos leves (24h), 2 guinchos pesados (24h) e uma equipe de Inspeção. Esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia.

Durante o período de 1º de abril a 30 de junho de 2025, foram atendidas 380 ocorrências, sendo 101 sinistros e 279 incidentes.

Em atendimentos a incidentes estão inclusos: 18 remoções de animais da rodovia, 86 atendimentos a veículos com pane, 51 monitoramentos de faixa de domínio, 3 apoios de combate a incêndios em faixa de domínio, 16 recolhimentos de objetos na pista, 19 atendimentos clínicos, 4 retiradas de árvore caídas sobre faixa de rolamento, 5 monitoramentos de manifestações com bloqueio de pista e 178 outros diversos.

Os 101 atendimentos de sinistros incluem: 43 colisões, 3 capotamentos, 24 saídas de pista, 31 tombamentos.

Nessas operações emergenciais, em atendimento as vítimas, tivemos: 0 vítimas sem ferimentos, 29 vítimas feridas (leve, moderado e grave) e 7 óbitos.

3. GOVERNANÇA

A Concessionária Rota do Pará S.A. é uma sociedade anônima constituída por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta por duas entidades principais: o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) Conselheiros e seus respectivos suplentes, incluindo 1 (um) Presidente do Conselho de Administração. Todos os membros têm mandato unificado de 2 (dois) anos, com possibilidade de reeleição, sendo eleitos pela Assembleia Geral, conforme disposto no Acordo de Acionistas.

A Diretoria Executiva é responsável pela representação da Companhia. Ela será composta por, no mínimo, 2 (dois) Diretores e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, incluindo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Engenharia e Planejamento. Todos os Diretores terão mandato unificado de 2 (dois) anos, com possibilidade de reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração, conforme o Acordo de Acionistas.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Tancredo Neves, 620 -
30º andar - Edifício Mundo Plaza
41820-020 - Salvador - BA
Brasil

Tel.: + 55 (71) 2103-9400
Fax: + 55 (71) 2103-9440
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rota do Pará S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rota do Pará S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia é uma concessionária de serviços públicos e, devido a isso, suas demonstrações financeiras intermediárias devem também contemplar as interpretações técnicas contidas no ICPC 01 (R1) "Contratos de Concessão", equivalente ao IFRIC 12. Entretanto, a Companhia ainda não concluiu essas análises que contempla, dentre outros temas a: i) definição da margem de construção e o respectivo registro do custo e receita de construção; e ii) análise das eventuais obrigações de investimento definido no contrato de concessão. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos, sobre os possíveis efeitos desse assunto nas demonstrações financeiras intermediárias.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

b) Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.b) às demonstrações financeiras intermediárias, a Administração da Companhia identificou erros de exercícios anteriores, referentes a i) receitas financeiras não capitalizadas no seu ativo intangível no montante total de R$7.761 mil; ii) reclassificação de adiantamento a fornecedores anteriormente classificado no ativo não circulante para o ativo intangível no montante de R$9.199 mil; iii) despesas de juros sobre as debêntures não reconhecidos no montante total de R$8.012 mil; e iv) reclassificação de saldos anteriormente classificado como caixa e equivalentes para aplicação financeira do circulante e não circulante no montante de R$233.821 mil, os quais foram registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajustes de exercícios anteriores" em 1º de janeiro de 2025. Contudo, a Administração da Companhia não efetuou a reapresentação desse erro de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme o disposto no item 43 do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8; e nos requerimentos do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, equivalente ao IAS 1.

   Como consequência, considerando os valores mensurados pela Companhia, para os quais não foram aplicados os requerimentos de apresentação e divulgação conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, relativos ao saldo do ativo intangível, adiantamento a fornecedores, debêntures e patrimônio líquido não são comparáveis. Dessa forma, nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias inclui modificação devido a não comparabilidade dos valores do período corrente e dos valores correspondentes. Adicionalmente, esses ajustes não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia emitiu debêntures a qual requerem o pagamento de determinados juros periódico assim como contratou instrumento financeiro derivativo em conexão com as debêntures emitidas. Entretanto não foi apresentado memória de cálculo e conciliação dos valores provisionados de juros a pagar e o valor justo dos respectivos instrumentos financeiros derivativos para 30 de junho de 2025 e dos períodos comparativos. Além disso a Companhia não concluiu a análise e aplicação dos requerimentos de apresentação e divulgação de instrumentos financeiros conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias inclui modificação devido a impossibilidade de obter evidência apropriada e suficiente sobre o saldo de juros a pagar e dos saldos patrimoniais dos instrumentos financeiros derivativos, dos possíveis impactos na capitalização no ativo intangível e dos possíveis efeitos na demonstração do resultado do período findo em 30 de junho de 2025 e dos períodos comparativos e dos reflexos na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias.

Conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados tópico "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2024 não foram revisados por nós nem por outros auditores independentes. A auditoria dos valores correspondentes relativos ao saldo de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria com data de 31 de março de 2025, sem ressalvas.

Salvador, 28 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

50142

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

ROTA DO PARA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 3O DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.998	330.782
Aplicações Financeiras	4.1	130.000	-
Adiantamentos		1.024	9.553
Tributos a recuperar		5.768	1.162
Despesas antecipadas		198	1.336
Total do ativo circulante		169.988	342.833
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações Financeiras		76.637	-
Despesas antecipadas		54	389
Imobilizado		677	260
Intangível	5	220.049	94.247
Total do ativo não circulante		297.417	94.896
TOTAL DO ATIVO		467.405	437.729

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	6	24.202	5.324
Debêntures	7	38.315	-
Obrigações tributárias		2.526	774
Obrigações sociais e trabalhistas		1.199	342
Outros passivos		2	-
Total do passivo circulante		66.244	6.440
Não circulante			
Debêntures	7	400.000	400.000
Total do passivo não circulante		400.000	400.000
Patrimônio líquido			
Capital social	10	45.542	30.001
Lucro (prejuízo) acumulados		(44.381)	1.288
		1.161	31.289
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		467.405	437.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024
			(Não revisado)		(Não revisado)
RECEITA DE CONSTRUÇÃO		111.719	-	42.134	-
CUSTO DE CONSTRUÇÃO		(111.719)	-	(42.134)	-
Lucro Bruto		-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas operacionais	10	(3.063)	(302)	(5.376)	(302)
Gerais e administrativas	10	(7.602)	(59)	(10.246)	(447)
Despesas imposto e taxas	10	(257)	(23)	(1.156)	(27)
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	10	(861)	(16)	(861)	(16)
Depreciação e amortização	10	(172)	-	(328)	-
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(11.955)	(400)	(17.967)	(792)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas					
Receitas financeiras		-	227	-	346
Perda com instrumentos financeiros derivativos		(18.192)	-	(18.192)	-
Despesas financeiras	11	(95)	6	(141)	-
		(18.287)	233	(18.333)	346
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(30.242)	(167)	(36.300)	(446)
Imposto de renda e contribuição social		(455)	-	(1.608)	-
Prejuízo do período		(30.697)	(167)	(37.908)	(446)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024 não revisado	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024 não revisado
Prejuízo do período	(30.697)	(167)	(37.908)	(446)
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do período	(30.697)	(167)	(37.908)	(446)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ROTA DO PARA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023 - não auditado ou revisado		29.181	(916)	28.265
Prejuízo do período		-	(446)	(446)
Em 30 de junho de 2024 - Não revisado ou auditado		29.181	(1.362)	27.819
Em 31 de dezembro de 2024		30.001	1.288	31.289
Ajustes de exercícios anteriores	3b	-	(7.761)	(7.761)
Saldo em 1 de janeiro de 2025		30.001	(6.473)	23.528
Aumento de capital	9c	15.541		15.541
Prejuízo do período			(37.908)	(37.908)
Em 30 de junho de 2025		45.542	(44.381)	1.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

ROTA DO PARA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2025	30/06/2024 não revisado
Prejuízo do período		(37.908)	(446)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	10	328	-
		(37.580)	(446)
(Aumento) redução de ativos:			
Despesas antecipadas		1.473	(51)
Tributos a recuperar		(4.606)	(6)
Adiantamentos a fornecedor		(670)	(32)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores		18.877	(31)
Obrigações trabalhistas		857	9
Obrigações tributárias		1.752	(8)
Outros passivos		806	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(19.091)	(565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições ao imobilizado		(459)	(2.357)
Adições ao intangível		(85.014)	(9.253)
Aplicações financeiras		(195.846)	-
Adiantamento de prestadores de serviços		(12.915)	9.412
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(294.234)	(2.198)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	9c	15.541	12.131
Adiantamento para futura aumento de capital		-	(2.933)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		15.541	9.198
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(297.784)	6.435
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no início do período		330.782	2.154
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no fim do período		32.998	8.589
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(297.784)	6.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rota do Pará S.A. é uma sociedade que tem por objeto social a Concessão de rodovia.

Está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 51.715.500/0001-40, com Inscrição de Registro de Empresas (NIRE) nº 15300021049 com data de abertura em agosto de 2023. A empresa está sediada na Cidade de Belém (PA), sendo a matriz na sede à Travessa Quintino Bocaiuva, nº 2.301, sala 1.702 – Cremação – Belém/PA.

Desde agosto de 2023, a Empresa mantém em fase pré-operacional, recebendo os aportes e buscando atender os pré-requisitos conforme definido no Contrato de Concessão, que tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço de trechos de rodovias integrantes do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará, por um prazo de 30 anos

As obras iniciaram em agosto de 2024 e o início da operação iniciou em 15 de agosto de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Elaboração

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com a norma internacional IAS 34-“Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB” e o pronunciamento técnico CPC 21(R1)-Demonstração Intermediária e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, serviços.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores foram arredondados para Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis críticas aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2024, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

b) Ajuste de exercícios anteriores

Em 2025, Companhia identificou ajustes imputados à exercícios anteriores e reconheceu esses ajustes na data de 1º de janeiro de 2025 com efeito diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de exercícios, referentes à: i) receitas financeiras não capitalizadas no seu ativo intangível no montante de R$7.761; ii) reclassificação de adiantamento a fornecedores anteriormente classificado separadamente no ativo circulante para o ativo intangível no montante de R$9.199; iii) despesas de juros sobre as debêntures não reconhecidos no intangível no montante total de R$8.012; iv) reclassificação de caixa e equivalentes para aplicação financeira no montante de 233.821 mil. Os impactos no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido da Companhia estão demonstrados abaixo:

Balanços patrimoniais

ATIVO	31/12/2024	Ajuste		01/01/2025
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes	330.782	(233.821)	(iv)	96.961
Aplicações financeiras	-	90.000	(iv)	90.000
Adiantamentos a fornecedores	9.553	(9.199)	(ii)	354
Total do ativo circulante	342.833	(153.020)		189.813
NÃO CIRCULANTES				
Aplicações financeiras	-	143.821	(iv)	143.821
Intangível	94.247	9.450	(i) (ii) (iii)	103.697
Total do ativo não circulante	94.896	153.271		248.167
TOTAL DO ATIVO	437.729	251		437.980

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	Ajuste		01/01/2025
PASSIVOS CIRCULANTES				
Debêntures	-	8.012	(iii)	8.012
Total do passivo circulante	6.441	8.012		14.453
Total do passivo não circulante	400.000	-		400.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	30.001	-		30.001
Lucros/prejuízos (-) acumulados	1.288	(7.761)	(i)	(6.473)
Total patrimônio líquido	31.289	(7.761)		23.528
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	437.729	251		437.980

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Lucos (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	30.001	1.288	31.289
Ajuste de exercícios anteriores	-	(7.761)	(7.761)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	30.001	(6.473)	23.528

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/25	31/12/24
Caixa	-	5
Aplicação financeira	32.998	330.777
Caixa e equivalentes de caixa	32.998	330.782

O montante de R$239.635, registrados na Rubrica “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em fundo de investimento de renda fixa, formado por títulos públicos federais, pré e pós fixados que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, com um rendimento médio nos ultimos 12 mês de 12,33%.

4.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/25	31/12/24
Fundos de Investimento	206.637	-
	206.637	-
Circulante	130.000	-
Não Circulante	76.637	-

As aplicações financeiras em 30 de junho de 2025 foram remuneradas a taxas que variam de 102% a 106% (102% em 2024) do CDI e possuem vencimentos posteriores a 90 dias da data de contratação. A liberação. Os recursos, serão liberados nos termos do cronograma financeiro previsto no contrato de cessão fiduciária, após a avalição do orçamento para o “Completion” do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão).

5. INTANGÍVEL

	30/06/25	31/12/24
Ativo de concessão em desenvolvimento	181.818	77.860
Investimento em infraestrutura e estudo da Concessão	5.914	6.100
Outorga	10.127	10.217
Adiantamento a Prestadores de Serviços	22.114	-
Software	76	70
	220.049	94.247

Movimentação do ativo intangível

	31/12/24	Adições	Amortização	30/06/25
Ativo de concessão em desenvolvimento	77.860	103.958(a)	-	181.818
Investimento em infraestrutura e estudo da Concessão	6.100	-	(186)	5.914
Outorga	10.217	-	(90)	10.127
Adiantamento a Prestadores de Serviços	-	22.114	-	22.114
Software	70	16	(10)	76
Total	94.247	124.437	(286)	220.049

(a) A maior parte refere-se a gastos incorridos na infraestrutura da concessão, além de juros capitalizados no montante de R$37.512 e receita financeira no montante R$18.552.

5.1. Ativo de Concessão em Desenvolvimento

Refere-se aos investimentos realizados pelo concessionário durante a fase de construção ou desenvolvimento do ativo objeto da concessão. Esse ativo é reconhecido quando o concessionário executa obras ou melhorias que aumentam o potencial de serviços do bem. O valor é mensurado pelo custo incorrido, incluindo despesas diretas e indiretas relacionadas ao desenvolvimento do projeto. Após a conclusão, o ativo é reclassificado para a categoria de Ativo de Concessão em Operação. Adiantamento de fornecedores e ativo de concessão em desenvolvimento referem-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis.

5.2. Investimento em Infraestrutura e Estudo da Concessão

Compreende os gastos realizados para a concepção, planejamento e estudos técnicos necessários para a implementação do projeto de concessão. Esses investimentos são capitalizados como ativos intangíveis, desde que atendam aos critérios de reconhecimento, como a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros e a possibilidade de mensuração confiável do custo.

5.3. Outorga

Representa o direito concedido ao concessionário para explorar o serviço público ou utilizar o ativo da concessão. Esse direito é reconhecido como um ativo intangível e mensurado pelo valor pago para obtenção da outorga ou pelo valor justo, caso tenha sido adquirido por meio de troca não monetária. A amortização ocorre ao longo do prazo do contrato de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos esperados.

5.4. Software

Refere-se aos sistemas de software adquiridos ou desenvolvidos para suportar a operação e gestão da concessão. Esses ativos são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil, que pode ser determinada pela duração do contrato ou pelo período de utilização do software. O reconhecimento e a mensuração seguem as normas contábeis aplicáveis a ativos intangíveis, considerando os custos de aquisição ou desenvolvimento

6. FORNECEDORES

	30/06/25	31/12/24
Fornecedores diversos	24.202	5.324
	24.202	5.324

A conta de fornecedores é composta por obrigações decorrentes da aquisição a prazo de insumos, serviços, imobilizado e outros gastos.

7. DEBÊNTURES

	30/06/25	31/12/24
Circulante	38.315	
Não circulante	400.000	400.000
	438.315	400.000

Movimentação Debêntures

	31/12/24	Adições	30/06/25
Circulante	-	38.315	38.315
Não circulante	400.000	-	400.000
	400.000	38.315	438.315

A 1ª séria de debêntures foi emitida pela Companhia no dia 2 de setembro de 2024 no valor total de R$400.000. As debêntures são remuneradas considerando o maior entre: (a) 8,2% a.a; e (b) taxa interna de retorno do Título Público "IPCA+ com Juros Semestrais com vencimento em 15 de agosto de 2032", a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente iniciando em 15 de dezembro de 2024.

As debêntures vencerão em 12 parcelas semestrais iniciando em 15 de junho de 2029 sendo a última parcela no dia 15 de dezembrode 2034.

Cláusulas de vencimento antecipado ("*Covenants*")

As debêntures estão sujeitas a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, abaixo apresentamos os principais "*covenants*" financeiros e não financeiros.

- "Covenants" Financeiro: até a primeira apuração do índice de cobertura do serviço da dívida, não manutenção, pela Emissora, da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, conforme verificado anualmente, igual ou inferior a (i) 2,5x (dois inteiros e cinquenta centésimos) conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor Independente registrado na CVM referentes ao exercício social encerrado em 2025; e (ii) 2,0x (dois inteiros), conforme apurado com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou revisadas por Auditor Independente registrado na CVM referentes aos exercícios sociais subsequentes;

- "*Covenants*" Financeiro: Após conclusão do "completion" do projeto o patrimônio líquido dividido pelo ativo total esteja maior ou igual a 25% (vinte e cinco por cento), conforme apurado com base nos valores relativos aos últimos 12 (doze) meses constantes das demonstrações financeiras da Companhia.

- "Covenant" Financeiro: não atingimento, pela Companhia, do índice de cobertura da dívida, medido numa base anual, igual ou superior a 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), a primeira apuração ocorrerá, após o término do período de carência de amortização, com base nas demonstrações financeiras 2029;

- "Covenants" não financeiros: manutenção da Conta Reserva e da Conta Pagamento esteja integralmente preenchidas com seus respectivos saldos mínimos.

- "Covenants" não financeiros: caso os custos de obra e despesas de investimento e capital do Projeto superem o valor projetado em montante superior a 5% (cinco por cento) em comparação ao cronograma físico-financeiro previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme apresentado para satisfação das condições precedentes para primeira Data de Integralização das Debêntures, exceto se for realizado aporte adicional de capital pela(s) acionista(s) da Companhia, na forma de subscrição e integralização de novas ações da Emissora, em moeda corrente, em montante no mínimo equivalente ao sobrecusto apurado, em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do relatório do Engenheiro Independente em que o sobrecusto foi identificado e aferido

Em 30 de junho de 2025, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

Em 30 de junho de 2025, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Capital social em 30 de junho de 2025 é de R$45.542 (R$30.001 em 31 de dezembro de 2024) divididos em 4.554.265.816 ações no valor nominal unitário de R$0,01 (um centavo) cada uma, totalmente subscrito e integralizado.

Acionistas	de ações	Participação
OCI Investimentos Ltda.	1.138.566.454	25%
Conata Engenharia S.A.	1.138.566.454	25%
Infracon Engenharia e Comercio Ltda.	1.138.566.454	25%
Vetor Participações e Concessões Ltda.	1.138.566.454	25%
Total de ações	4.554.265.816	100%

b. Prejuízo por Ação

	Básico e diluído	
Resultado por ação	30/06/2025	30/06/2024
		Não revisado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia (em milhares de R$)	(37.908)	(446)
Quantidade média ponderada de ações emitidas	3.200.859.941	3.000.111
Prejuízo por ação básico e diluído (em R$)	(0,01184)	(0,0001)

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Para o período apresentado não houve instrumentos financeiros com efeitos diluidores; por isso, o lucro básico e diluído por ação possui o mesmo valor.

c. Aumento de capital

Em 4 de junho de 2026 em Ata da Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R$10.200 mediante emissão de 1.020.000.000 (um bilhão e vinte milhões) ações ordinárias com valor nominal de R$0.01 (um centavo) por ação. Posteriormente, em 12 de junho de 2026 em Ata da Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R$5.341 mediante emissão de 534.154.676 (quinhentas e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta quatro mil, seiscentas e setenta e seis) ações ordinárias com valor nominal de R$0.01 (um centavo) por ação. Totalizando um aumento de capital no período de seis meses de R$15.541.

9. DESPESAS OPERACIONAIS

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024 Não revisado	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024 Não revisado
Serviços Pessoa Jurídica	(3.222)	(179)	(5.097)	(460)
Material de consumo	(654)	-	(1.259)	-
Mão de obra	(1.822)	(44)	(3.003)	(66)
Aluguéis imóveis e veículos	(402)	(68)	(699)	(89)
Amortização e depreciação	(173)	-	(328)	-
Seguros	(901)	-	(1.474)	-
Serviço de informática	(30)	(6)	(71)	(10)
Viagens e Estadias	(154)	(74)	(250)	(121)
Combustível e lubrificante	(184)	-	(324)	-
Impostos e taxas	(1.122)	(23)	(2.020)	(27)
Outras Despesas Gerais	(3.291)	(6)	(3.442)	(18)
	(11.955)	(400)	(17.967)	(792)

10. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	1/4/2025 a 30/06/2025	1/4/2024 a 30/06/2024 Não revisado	1/1/2025 a 30/06/2025	1/1/2024 a 30/06/2024 Não revisado
Rendimento de aplicação financeira	-	227	-	346
Total receita financeira	-	227	-	346
Despesas Bancárias	(1)	-	(3)	-
Juros empréstimos bancários e terceiros	(4)	-	(10)	-
Juros e multas	(90)	-	(128)	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(18.192)	6	(18.192)	-
Total das despesas financeira	(18.287)		(18.333)	-
Resultado financeiro	(18.287)	233	(18.333)	346

11. PASSIVOS CONTINGENTES

Até a data de 30 de junho de 2025 a companhia não possui passivos contingentes ou processos de perda provável nem possíveis.

12. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia considera como pessoas chave da Administração os membros da Diretoria executiva e outros executivos que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

Conselho de Administração

	30/6/25	31/12/24
Administração	687	-
	687	-

13. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Gestão de capital

A Companhia encontra-se em fase de mobilização, com contrato de longo prazo firmado, e fluxo de caixa satisfatório para os próximos anos.

A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, dentre eles, o principal aplicado é o monitoramento do endividamento, apurado através da divisão de dívida líquida pelo LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

A dívida líquida é apurada pela dívida bruta excluindo as debêntures deduzida da posição de caixa e equivalente de caixa e o LAJIDA é calculado pelo lucro operacional antes do resultado financeiro deduzido da variação do valor justo reconhecido e adicionada exaustão do produto vendido.

b) Gestão de riscos climáticos e da natureza

Eventos climáticos extremos podem impactar a infraestrutura rodoviária, gerando riscos operacionais e financeiros. A gestão desses riscos visa reduzir os impactos negativos por meio de estratégias preventivas e medidas corretivas, tais como: contratação de seguros patrimoniais e operacionais para mitigar impactos financeiros e investimento em tecnologia para monitoramento de infraestrutura viária, visando reduzir o impacto de fenômenos naturais na operação.

c) Categoria de instrumentos financeiros

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30/06/25	31/12/24
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e bancos	-	5
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	32.998	330.777
Aplicações financeiras – curto prazo	130.000	-
Aplicações financeiras – longo prazo	76.637	-
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	24.202	5.324
Debêntures	438.315	400.000

Valor justo

A administração entende que os saldos de balanço de seus empréstimos e financiamentos se aproximam dos seus valores justos, principalmente por se tratarem, em sua maioria, de modalidades de créditos específicas para o setor de atuação da Companhia. A Administração entende ainda que os demais instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

A Administração da Companhia é responsável pela gestão, garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado e risco de liquidez.

d) Gerenciamento de riscos financeiros

i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado e pode ser segregado em: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de *commodities*.

Risco de taxa de juros

A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis, as quais, atualmente, estão indexadas, substancialmente, à CDI e IPCA.

Risco cambial

A Companhia não mantém operação no mercado externo portanto não está exposta a mudanças de cotação de moeda estrangeira (dólar norte-americano).

ii) Risco de liquidez

A Companhia monitora constantemente o risco de insuficiência de recursos, gerenciando seu capital por meio de um processo contínuo de planejamento de liquidez. Esse acompanhamento garante a disponibilidade de recursos financeiros necessários para cumprir suas obrigações, especialmente aquelas relacionadas aos financiamentos contratados com instituições financeiras.

14. SEGUROS (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

15. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2024
Juros Capitalizados	37.512	-
Receitas financeiras capitalizadas	18.552	-
Transferência de adiantamento de fornecedores para intangível	9.199	

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 13 de agosto de 2025 a Companhia celebrou junto ao poder concedente o 1º Termo aditivo ao Contrato de Concessão, prevendo por meio deste instrumento a recomposição do equilíbrio econômico financeiro ao contrato de concessão.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 28 de agosto de 2025.